

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Luciana Souza de Almeida

**O DESAFIO DOS JOVENS PARA INGRESSAR NO MERCADO DE
TRABALHO**

Porto Alegre

2011

Luciana Souza de Almeida

**O DESAFIO DOS JOVENS PARA INGRESSAR NO MERCADO DE
TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof.^a Silvia Generali da Costa

Tutora Orientadora: Aline Höpner

Porto Alegre

2011

Luciana Souza de Almeida

O DESAFIO DOS JOVENS PARA INGRESSAR NO MERCADO DE TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em ___ de _____ de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a (colocar nome do professor integrante da banca)

Prof.^a Dr.^a (colocar nome do professor integrante da banca)

Prof.^a Dr.^a (colocar nome do professor integrante da banca)

Orientadora - Prof.^a. Dr.^a (colocar nome do professor integrante da banca)

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais,
À Gabi e ao Vladimir*

AGRADECIMENTOS

À Aline Höpner,

Ao Wellington

Ao Mundo Maior pelo seu amparo

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa sobre o Programa Adolescente Aprendiz, desenvolvido pelo Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude do governo federal, com o intuito de preparar o jovem adolescente para o mercado de trabalho. Pesquisas do DIEESE mostram que o público jovem tem maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Médias e grandes empresas em conjunto com entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos acolhem adolescentes por até dois anos com o propósito de dar-lhes formação técnico-profissional em determinada área, concomitantemente às suas atividades escolares de 7^a e 8^a séries do ensino fundamental. A pesquisa procurou saber se os jovens que participaram deste programa entre os anos 2006 a 2010 estavam inseridos no mercado de trabalho atualmente e se o programa atingiu aos objetivos propostos. Foram pesquisados 30 jovens que participaram do programa aprendiz em serviços bancários no período escolhido para esta pesquisa. Resultou que 63% da amostra estão inseridos no mercado de trabalho atualmente e que este ingresso se deu em função de terem participado do Programa Adolescente Aprendiz. Na sua totalidade, os respondentes acharam que foi válido ter participado do programa.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, adolescente, jovens, Programa Adolescente Aprendiz.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Por Gênero.....	Pág. 27
Tabela 2 - Por Faixa Etária	Pág. 27
Tabela 3 - Por Município	Pág. 27
Tabela 4 - Por Estado Civil.....	Pág. 28
Tabela 5 - Filhos.....	Pág. 28
Tabela 6 - Moradia	Pág. 28
Tabela 7 - Total de pessoas que residem na mesma casa que o adolescente	Pág. 29
Tabela 8 - Número de trabalhadores na residência do adolescente	Pág. 29
Tabela 9 - Nº de salários que compõem a renda familiar.....	Pág. 30
Tabela 10 - Programa de Governo.....	Pág. 30
Tabela 11 - Escolaridade	Pág. 31
Tabela 12 - Nível Superior.....	Pág. 31
Tabela 13 - Primeiro trabalho antes do Programa Aprendiz Adolescente.....	Pág. 31
Tabela 14 - Como obtiveram conhecimento do Programa	Pág. 32
Tabela 15 - Nomenclatura do curso feito dentro do Programa.....	Pág. 32
Tabela 16 - Idade de Início.....	Pág. 33
Tabela 17 - Conclusão do Programa.....	Pág. 33
Tabela 18 - Tempo de Duração.....	Pág. 33
Tabela 19 - Tempo até conseguir um emprego.....	Pág. 34
Tabela 20 - Inserção no Mercado de Trabalho.....	Pág. 35
Tabela 21 - Nível de Satisfação Equivalente I.....	Pág. 36
Tabela 22 - Nível de Satisfação Equivalente II.....	Pág. 37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 MERCADO DE TRABALHO	11
1.1 TRABALHADORES FLEXÍVEIS	12
1.2 PROGRAMAS PÚBLICOS DE GERAÇÃO DE EMPREGOS	13
1.2.1 Regulamentação Brasileira Sobre o Trabalho do Adolescente Aprendiz ..	14
1.2.2 Aprendiz	15
1.2.3 Parâmetros do ensino profissionalizante.....	16
1.3 DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO PARA A JUVENTUDE – DPJ:.....	16
1.3.1 Lei da Aprendizagem	17
1.4 PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ.....	18
1.4.1 Atribuições das Empresas.....	19
1.4.2 Atribuições da Entidade Assistencial.....	20
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS	24
3.1 ENTIDADES PESQUISADAS	24
3.1.1 Pão dos Pobres.....	24
3.1.2 MDCA – Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente.....	25
3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADOS.....	26
3.3 PESQUISA DOCUMENTAL.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A	45

INTRODUÇÃO

Entre 2003 e 2010 foram investidos R\$ 214,9 bilhões em programas de apoio aos trabalhadores brasileiros. Entre os expressivos resultados obtidos está a geração de 15 milhões de novos empregos e o nível de postos formais superando a informalidade. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram gerados 14,7 milhões de novos empregos formais no Brasil entre 2003 e 2010 (MTE, 2010).

As profundas modificações que a economia no Brasil vem passando ao longo dos anos, em geral, mostram-se desfavoráveis à inclusão no mercado de trabalho particularmente aos jovens. Em razão do excesso de oferta de mão de obra, a juventude brasileira, sobretudo aquela oriunda das classes mais pobres encontra-se frente a condições desiguais de competição em relação aos adultos, tais como menor qualificação e experiência profissional (REIS, RITTER, 2009).

Uma pesquisa feita no segundo semestre de 2005 (DIEESE, 2005) mostra que o acesso dos jovens às oportunidades de ingresso no mercado de trabalho tem suas limitações, verificando-se padrões de inserção diferenciados em função da idade, sexo, condição econômica da família, bem como a região de domicílio. Assim, as diretrizes e os programas para inserção ocupacional e formação profissional dos jovens devem levar em consideração as desigualdades de oportunidades segundo atributos pessoais e socioeconômicos deste segmento da população.

Na década atual, a taxa de desemprego aberto da população adulta diminuiu levemente (6,1%, em 2005), mas o desemprego dos jovens aumentou (19,1%, em 2005), impedindo uma queda da taxa geral de desemprego (DIEESE, 2007). Em razão do desafio para formular e desenvolver ações efetivas de enfrentamento dessa questão foi criado o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude – (DPJ) no Ministério do Trabalho e Emprego em 2004, com o objetivo de atuar na promoção de mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda nesse segmento. O DPJ dedica-se ao desafio de inserir jovens entre 14 e 24 anos de idade, com baixa renda familiar per capita e baixa escolaridade no mercado formal de trabalho (MTE, 2010).

Com base neste cenário este trabalho analisou o programa desenvolvido pelo Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude – (DPJ) - MTE

(2003) chamado Adolescente Aprendiz. Este programa envolve um convênio entre empresas do segmento privado ou público com instituições sem fins lucrativos e núcleos educacionais. O público alvo deste programa¹ são jovens de 7ª e 8ª séries do ensino fundamental, provenientes de famílias de baixa renda (até meio salário mínimo regional per - capita).

Dentre tantas empresas participantes deste programa, por um critério de acessibilidade, optou-se por pesquisar os adolescentes oriundos de convênios com as seguintes Instituições sem fins Lucrativos: Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA e a Instituição Pão dos Pobres, localizadas na cidade de Porto Alegre – RS.

Assim, a pergunta que norteou este trabalho é: os jovens que participaram de vivências como adolescentes aprendizes estão inseridos no mercado de trabalho atualmente?

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho foi verificar se o Programa Adolescente Aprendiz está atingindo o objetivo que se propôs na sua criação. Para isto foram pesquisados adolescentes participantes do programa, no período de 2006 até 2010, oriundos das instituições escolhidas para esta pesquisa. Os objetivos específicos deste trabalho são: verificar o quanto o programa contribuiu com a inserção dos jovens no mercado de trabalho no período estudado, e, analisar quais as medidas do programa tiveram maior contribuição neste processo.

O Programa Adolescente Aprendiz envolve muitas empresas parceiras, instituições e o próprio Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Existe um grande investimento financeiro e social que gera uma expectativa positiva com relação à inclusão do jovem no mercado de trabalho. Espera-se após este estudo munir as instituições parceiras e sociedade com informações, incentivando estudos futuros.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: revisão de literatura com os principais autores, instituições de pesquisa e outros estudos sobre mercado de trabalho, políticas e programas de geração de emprego, em seguida os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa, na sequência a análise dos resultados obtidos e por fim as considerações finais.

¹ O Programa Adolescente Aprendiz se propõe a formação técnico-profissional do adolescente sob a responsabilidade compartilhada da Instituição, escola e empresa parceira, para que ao final do processo (no máximo 2 anos), o jovem tenha condições favoráveis de ingresso no mercado de trabalho. (MTE, 2010)

1 MERCADO DE TRABALHO

O referencial teórico deste estudo foi dividido em subtópicos, os quais tiveram como objetivo abordar os conceitos fundamentais para o correto entendimento histórico e conceitual do tema proposto pela autora. Primeiramente será abordado o mercado de trabalho e as principais transformações que ocorreram no Brasil em relação ao público jovem. Na seqüência, serão abordados temas relativos aos Programas de Geração de Empregos e o Programa Adolescente Aprendiz.

Inicialmente será citado o conceito de Mercado de Trabalho e um panorama sobre o mesmo no Brasil. Serão apresentados alguns números atuais do mercado em relação à empregabilidade dos jovens, para que se possa compreender o contexto em que este estudo está inserido.

Para Chahad (2003), o mercado de trabalho é resultado de interações macro e microeconômicas. Aspectos macro como as variáveis déficit público, alterações nas taxas de juros e cambiais, saldo da balança comercial, exercem influência tanto no âmbito interno quanto externo de um país. Já os aspectos microeconômicos são dependentes, principalmente, das instituições e programas voltados para regulamentar e fazer funcionar o mercado de trabalho.

Chahad (2002) observa quatro importantes transições socioeconômicas que levaram o país a profundas implicações no mercado de trabalho e nas relações de emprego. A 1ª transição seria a passagem de uma economia fechada para uma economia aberta, fazendo referência ao avanço tecnológico e a globalização, fatores fortemente “poupadores de mão-de-obra”.

Já a 2ª transição, a mais importante na opinião do autor, refere-se à passagem de uma economia inflacionária para uma economia com estabilidade de preços. O Plano Real diminuiu os índices de pobreza e tornou o mercado de trabalho importante no cenário nacional, pois mostrou a existência do desemprego e o trabalho informal. Para manter a inflação estável, o governo tinha que conter a demanda agregada, controlar o déficit público, impactando negativamente no mercado de trabalho (CHAHAD, 2002).

A terceira transição referida por Chahad (2002) caracteriza-se pelos processos de privatizações que promoveram ajustes no estoque de mão-de-obra das empresas privatizadas; uma redefinição no papel do Estado que acaba por

limitar a capacidade de formação de poupança interna, comprometendo os investimentos do País. A 4ª e última transição refere-se diretamente ao mercado de trabalho: a redução da tutela do Estado sobre as relações de emprego, fazendo prevalecer as negociações coletivas envolvendo empresas e trabalhadores, costumes difíceis de serem mudados, pois dependem de mudanças constitucionais, estas negociações dificilmente favorecem a estabilidade no emprego tampouco refletem em melhorias substanciais para os trabalhadores.

Estas transições possuem implicações diretas no mercado de trabalho, com impacto sobre o emprego, desemprego, rotatividade do trabalho, informalidade, ganhos reais e produtividade (CHAHAD, 2002). Neste cenário de mudanças pode-se dizer que até o final dos anos 80 bastava-se ter uma boa trajetória escolar para garantir uma vaga no mercado de trabalho. Já na década de 90, a boa trajetória escolar já não era suficiente, as exigências foram reforçadas pelo mercado de trabalho. A escolaridade bem sucedida apenas habilitava à disputa no escasso mercado de trabalho. Assim, a inserção dos jovens no mercado de trabalho urbano passou a se destacar pelo desemprego, o que no Brasil é mais dramático devido ao grande contingente de jovens (DIEESE, 2008).

Gradativamente, questões ligadas às dificuldades do primeiro emprego, foram inseridas na pauta de gestores de políticas públicas. O trabalho e o desemprego dos jovens passaram a contar com estruturas especializadas de Estado como secretarias, diretorias, gerências entre outras, as quais foram essenciais para a elaboração de políticas voltadas para atender às demandas deste público (DIEESE, 2008). Este trabalho se propôs a analisar o público de jovens adolescentes.

1.1 TRABALHADORES FLEXÍVEIS

O mercado de trabalho atual, suscetível a mudanças de toda ordem, principalmente taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, trazem mudanças de padrões de desenvolvimento entre setores e regiões geográficas. Fatores como aumento da competição e diminuição da margem de lucros levam empregadores a focar na mão-de-obra excedente e criarem regimes

de contrato de trabalho mais flexíveis, reduzindo o emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado. (HARVEY, 2001)

Estas mudanças no mercado de trabalho exigem “trabalhadores flexíveis” que tenham habilidades cognitivas e instrumentais, capazes de responder as novas demandas estruturais. (KUENZER, 2007)

Segundo as autoras Oliveira e Robazzi (2001) a demanda de mercado, a oferta educacional, constituição familiar, determinações do sistema de produção, a necessidade de ganhar a vida por conta própria, e a consideração de que é melhor trabalhar do que ficar ocioso são determinantes para a entrada de adolescentes no mercado de trabalho. Também a pobreza, a desigualdade social e a concentração de renda faz surgir nos adolescentes uma necessidade de colaborar com os pais, e nos pais surge o desejo de que seus filhos trabalhem.

As atividades laborais permitidas para os adolescentes são: emprego, estágio e aprendizado. Ressalta-se a importância que a legislação dá nas três hipóteses de atividades laborais para a continuação (ou ao início) dos estudos do adolescente empregado, assim para eles este deve ser o objetivo principal das instituições e programas voltados para a inserção do jovem no mercado de trabalho (CRUZ NETO; MOREIRA, 2007).

1.2 PROGRAMAS PÚBLICOS DE GERAÇÃO DE EMPREGOS

Em 1999 o Ministério do Trabalho passou a ser denominado Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Medida Provisória nº 1.799, e com o Decreto nº 3.129 de 09/08/1999 o Ministério passou a ter nova estrutura organizacional, passando as políticas de emprego e renda a fazer parte da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

O art. 10 do Decreto nº 5.063, de 03/05/2004 determina que compete à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, entre outras:

I - subsidiar a definição de políticas públicas de emprego, renda, salário e qualificação profissional;

II - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados com a geração de emprego e renda, o seguro-desemprego, o apoio ao trabalhador desempregado, o

abono salarial e a formação e o desenvolvimento profissional para o mercado de trabalho;

III - planejar e coordenar as atividades relacionadas com o Sistema Nacional de Emprego, no que se refere às ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional;

IV - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de estímulo ao primeiro emprego para a juventude;

As políticas de emprego são consideradas uma parte das políticas sociais, e como tal, fazem parte das políticas públicas implementadas pelo Estado. (CHAVES; CARVALHO NETO, 2006)

A política social segundo Rocha (2001) é uma modalidade de política pública que visa fornecer condições básicas de vida à população. Busca uma situação de maior igualdade e fornece um nível básico de segurança sócio econômica. Pode envolver uma ampla gama de modalidades como políticas de saúde, educação, habitação, amparo a desempregados, crianças, idosos, programas de renda mínima, etc. Assim, visam dar conta do problema da desigualdade e da pobreza. Mas, no universo da política propriamente dita, as políticas públicas podem ser vistas como efeitos provocados por um conjunto complexo de forças sociais surgidos na medida em que as demandas para a resolução de certos problemas pelo Estado são propostas. As políticas públicas² seriam reações do Estado às demandas da sociedade.

1.2.1 Regulamentação Brasileira Sobre o Trabalho do Adolescente Aprendiz

O trabalho do adolescente no Brasil está regulamentado por lei na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, pela Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000, pelo Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005, pela

² Neste estudo, define-se políticas públicas como “os conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos.” (RUA, 1998, pág. 731)

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Portaria nº 615 de 13 de dezembro de 2007 do Ministério do Trabalho e Emprego. (MTE, 2010)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os seus direitos, inclusive o de profissionalização. No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990 diz que o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção ao trabalho desde que seja respeitada sua condição de pessoa em desenvolvimento e que a capacitação profissional seja adequada ao mercado de trabalho (art. 69 do ECA). A Constituição da República Federativa do Brasil e o ECA (art. 65, 1990) garantem aos adolescentes os direitos previdenciários e trabalhistas. Portanto, os adolescentes aprendizes têm os mesmos direitos trabalhistas e previdenciários de todos os demais empregados, ou seja, remuneração mínima prevista em lei, férias, décimo terceiro salário, FGTS, aviso prévio e aposentadoria.

1.2.2 Aprendiz

Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. (art. 62, ECA). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20/12/1996, arts. 39 a 42.

A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III – horário especial para o exercício das atividades. (art. 63, ECA)

A Lei nº 10.097 de 2000 afirma que sobre o contrato de aprendizagem deve ser feito um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao adolescente, menor de 18 anos de idade, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com os seus desenvolvimentos físicos, morais e psicológicos, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. O contrato pressupõe anotação na Carteira de

Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (LEI nº 10.097 de 2000). O contrato de aprendizagem se extinguirá no seu termo ou quando o aprendiz completar 18 anos de idade. (MTE, 2010)

1.2.3 Parâmetros do ensino profissionalizante

Conforme o art. 68 do ECA, o ensino profissionalizante tem por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos. Deve assegurar ao adolescente condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada. No parágrafo primeiro do mesmo artigo, define por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevaleçam sobre o aspecto produtivo, e ainda no parágrafo segundo, cita que a remuneração que o adolescente recebe pelo seu trabalho não desfigura o caráter educativo, ou seja, que a subsistência do menor não é o objetivo maior e sim sua profissionalização.

1.3 DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO PARA A JUVENTUDE – DPJ:

O Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude – DPJ foi criado com o objetivo de inserir jovens entre 14 e 24 anos de idade, com baixa renda familiar per capita e baixa escolaridade no mercado formal de trabalho. Em 2008 o DPJ adaptou algumas das ações de qualificação de jovens aos moldes da Política Nacional da Juventude, visando romper definitivamente com o círculo vicioso, seletivo e excludente da baixa escolaridade aliada à ausência de qualificação social e profissional dos brasileiros nessa faixa etária. O DPJ é responsável também pelo Programa ProJovem Trabalhador, que tem o objetivo de

qualificar jovens com idade entre dezoito e vinte e nove anos, que já tenham concluído o Ensino Fundamental. (MTE, 2010)

1.3.1 Lei da Aprendizagem

A aprendizagem é estabelecida pela Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos³. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO do Ministério do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação. A carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem. De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades. (MTE, 2010)

Através da Portaria nº 615/2007, o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego criou o Cadastro Nacional de Aprendizagem com o objetivo de fazer o registro das entidades de formação técnico-profissional metódica responsáveis pela qualificação de jovens no âmbito da aprendizagem. As Instituições qualificadas a ministrar cursos de aprendizagem são: os Serviços Nacionais de Aprendizagem, as Escolas Técnicas de Educação, inclusive as agrotécnicas e as Entidades sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (arts.

³ Estão obrigados a contratação de aprendizes os estabelecimentos de qualquer natureza. Ficam dispensadas as microempresas, as empresas de pequeno porte e as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional. (MTE, 2010)

429 e 430 da CLT). Em 26 de dezembro de 2010, o *site* do MTE indicava o número de adolescentes aprendizes contratados naquela data: 206.735. (MTE, 2010)

1.4 PROGRAMA ADOLESCENTE APRENDIZ

Neste estudo foi analisado o Programa Adolescente Aprendiz. Nesse programa os adolescentes são assistidos por uma entidade filantrópica e tem como objetivo propiciar o desenvolvimento do adolescente por meio de ações que assegurem a sua formação pessoal e profissional e a aquisição de experiências, hábitos e atitudes indispensáveis ao seu ajustamento no trabalho e na convivência social. Destina-se à admissão de adolescentes com idade mínima de 16 anos, renda familiar de até meio salário mínimo per capita, que estejam cursando pelo menos a 7ª série e estar sendo assistidos por uma entidade filantrópica. (BANCO "X", 2009)

Com a duração estipulada entre 18 e 24 meses, o Programa Adolescente Aprendiz é desenvolvido em parceria entre empresas e entidades sem fins lucrativos, mediante formalização de convênio. As entidades sem fins lucrativos devem atender às seguintes condições:

- dispor de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência-Social – CEBAS emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
- estar registrada no Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente;
- comprovar situação regular junto ao INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e órgãos fazendários federais, estaduais e municipais;
- comprometer-se com as empresas participantes do programa a desenvolver em conjunto o programa de aprendizagem proposto.

A seleção dos adolescentes é efetuada pela entidade assistencial, sem a intervenção das empresas, mediante observação dos requisitos citados abaixo, por parte do adolescente:

- estar inscrito em programa assistencial da entidade, em regime de abrigo ou outra modalidade sob guarda da entidade ou inscrito em programa de orientação e apoio sócio-familiar ou sócio-educativo desenvolvido pela entidade junto à família do adolescente;

- estar cursando no mínimo a 7ª série do ensino fundamental ou o supletivo de primeiro grau;
- manter bom aproveitamento e frequência regular na escola;
- pertencer à família de baixa renda.

1.4.1 Atribuições das Empresas

As empresas nas quais os adolescentes exercerão a função de aprendizes devem desenvolver e ministrar os treinamentos conforme previstos no inciso III, § 4º da portaria 615/2007, alterado pelo art. 1º da portaria nº 1.003/2008. Os conteúdos de formação humana e científica devem estar contemplados no curso de Aprendizagem Profissional, cujos conteúdos diferem de acordo com o tipo de empresa.

As empresas devem ainda repassar às entidades conveniadas recursos financeiros suficientes para garantir o pagamento de um salário mínimo regional, por aprendiz, além dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, vale-transporte e vale-alimentação. Também como parte de suas obrigações estas empresas devem acompanhar o cumprimento por parte da entidade assistencial das obrigações de ordem trabalhista e previdenciária decorrentes do contrato de aprendizagem; bem como designar um orientador que promova o acompanhamento e avaliação do adolescente durante todo o contrato de aprendizagem, assegurando, se necessário, treinamento que o habilite para a execução dessa atividade. (MTE, 2010)

A estrutura do treinamento difere de acordo com o tipo de empresa, podendo ser área industrial, laboratorial, comercial, administrativa, etc. Para fins deste estudo apresentaremos o modelo utilizado pelas empresas que prestam serviços bancários (área administrativa).

1.4.2 Atribuições da Entidade Assistencial

As entidades assistenciais devem desenvolver e ministrar os treinamentos previstos na legislação, podendo, para tanto, contar com a cooperação de outras instituições públicas ou privadas; inscrever o programa de aprendizagem junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (BANCO "X", 2009).

Também é atribuição das entidades assistenciais selecionar e contratar os aprendizes na quantidade solicitada pelas empresas, respeitados os limites estabelecidos por lei. Devem registrar o contrato de aprendizagem na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS do adolescente, matriculá-lo em curso de aprendizagem, designar profissional orientador para acompanhar o aprendiz durante todo o período de duração do contrato e responsabilizar-se pelas obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas pertinentes ao contrato de aprendizagem, inclusive o fornecimento de vale-transporte e vale-alimentação. (BANCO "X", 2009)

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem deste trabalho é quantitativa descritiva, podendo ser entendida como aquela que busca a descrição dos fenômenos baseada na frequência com que os mesmos aparecem, estabelecendo relações estatísticas, visando descrever as características de determinada população e estabelecer relações entre variáveis. (SEVERINO, 2007)

Como justificativa para a aplicação dessa abordagem no presente trabalho, argumenta-se a necessidade de traduzir em números as informações para então analisá-las, identificando através do questionário um maior entendimento sobre o assunto abordado. A pesquisa descritiva segundo Gil (1995, p.45) "...têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis." Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados como o questionário. Assume em geral a forma de levantamento (GIL, 1995).

O método utilizado no presente estudo foi o estudo de caso, mais precisamente o estudo de múltiplos casos, pois foram analisados adolescentes aprendizes de duas instituições de apoio ao menor, sem fins lucrativos da cidade de Porto Alegre.

O presente estudo tem caráter descritivo, pois conforme Yin (2005), descreve o fenômeno dentro de seu contexto tratando de problemas pouco conhecidos, objetivando definir hipóteses ou proposições para futuras pesquisas.

O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores, pois serve a pesquisas com diferentes propósitos como por exemplo, explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos (GIL, 2007). Ainda segundo Gil (2007), a experiência nas últimas décadas mostra que é possível a realização de estudos de caso em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário com questões fechadas e estruturadas, ou seja, apresentou-se ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que fosse escolhida a que melhor representasse sua situação ou ponto de vista (GIL, 2007). São estruturadas para possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas.

Segundo GIL (2007), este instrumento de coleta de dados é composto por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

No questionário utilizou-se a Escala de Likert, por ser de elaboração mais simples e de caráter ordinal (GIL, 2007). Os respondentes manifestaram sua concordância ou discordância em relação a cada enunciado proposto, segundo a graduação: Discordo Totalmente (1), Discordo (2), Discordo Pouco (3), Concordo Pouco (4), Concordo (5) e Concordo Totalmente (6). O questionário aplicado na pesquisa contemplou questões relativas ao programa como “O fato de ter participado do Programa Adolescente Aprendiz ajudou você a conseguir seu emprego atual?”, totalizando 39 questões. (Apêndice A)

No nível teórico da pesquisa, a coleta de dados foi realizada através de livros sobre o tema em questão, a inserção do jovem no mercado de trabalho, além de publicações, artigos e revistas científicas. Também foram analisados documentos disponibilizados pelas instituições que participaram da pesquisa.

Dados para estudos de caso costumam vir de seis fontes: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos (YIN, 2005). No presente estudo, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram pesquisas bibliográficas, pesquisa documental dentro das instituições participantes e questionário aplicado aos adolescentes que participaram do programa estudado.

Os questionários de pesquisas tradicionalmente são aplicados face a face. No entanto, vem sendo desenvolvida outra modalidade: por telefone (GIL, 2007). Ainda segundo Gil (2007) dentre as principais vantagens da abordagem por telefone, estão: custos muito mais baixos, facilidade na seleção da amostra, rapidez, maior aceitação pelos moradores de grandes cidades, que temem abrir suas portas para estranhos; possibilidade de agendar o momento mais apropriado para a realização da pesquisa. No presente estudo a maioria dos questionários foi respondido por telefone em função da facilidade de acesso por esta modalidade, tendo em vista que a maioria dos jovens pesquisados reside nas periferias, e por trazer maior agilidade à pesquisa.

Como os questionários foram aplicados por telefone e houve uma interação entre pesquisador e pesquisados, os quais comentavam as questões fechadas

trazendo elementos importantes para análise nas suas falas, considerou-se este estudo como tendo também uma abordagem qualitativa, e a análise destas informações feitas com base no referencial teórico apresentado.

Foram pesquisados 30 adolescentes que participaram do Programa Adolescente Aprendiz oriundos de duas instituições sem fins lucrativos realizando atividades no setor bancário na grande Porto Alegre durante o período de 2006 a 2010. Atualmente a Instituição Pão dos Pobres atende em média 425 adolescentes no Programa Adolescente Aprendiz e o MDCA atende em média 80 adolescentes no mesmo programa (a duração média do programa é de 2 anos).

Os questionários foram aplicados durante o mês de abril de 2011. Os 30 adolescentes respondentes foram oriundos do Programa Adolescente Aprendiz entre o Banco “X” e duas instituições sem fins lucrativos em Porto Alegre: a Pão dos Pobres e a MDCA – Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

A análise dos dados tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. (GIL, 2007). A análise das respostas dos questionários foi trabalhada através do meio estatístico da frequência quantitativa e/ou percentual das respostas. Para uma melhor visualização dos resultados, optou-se por apresentar cada questão em forma de tabela com as respostas obtidas, utilizando o programa Excel.

3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo é apresentado o resultado da análise das respostas obtidas nos questionários, possibilitando verificar os dados encontrados em relação aos objetivos propostos nesse trabalho. Para uma melhor visualização dos resultados, os dados foram tabulados e apresentados em forma de tabelas.

3.1 ENTIDADES PESQUISADAS

As entidades sem fins lucrativos analisadas neste trabalho foram a Instituição Pão dos Pobres e o MDCA – Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.1.1 Pão dos Pobres

A Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio foi criada em 1895 com o objetivo de amparar as viúvas e os filhos das vítimas da Revolução Federalista. Anos depois a instituição vocacionou-se somente para o atendimento às crianças e adolescentes órfãos e atualmente os critérios de ingresso destes são: pobreza absoluta e alto risco social. Entre os seus programas destacam-se:

a) CATI – Centro de Atendimento Integral que ampara 160 crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 17 anos que permanecem inseridos em período integral de segunda as sextas feiras. Estes educandos provem de diversas situações como: orfandade, sistema prisional dos pais ou responsáveis, doença crônica na família, situação de rua. Para estas crianças e adolescentes é oferecido educação curricular; educação artística e cultural; atividades esportivas e lúdicas; atendimento pedagógico, psicológico e odontológico; espaços para desenvolverem as capacidades cognitivas, afetivas e relacionais com diversos projetos que promovam a construção da cultura de paz, comunicação não violenta e projetos de vida, bem

como a consciência ecológica e o cuidado com o outro e com o ambiente em que se vive.

b) CEP - Centro de Educação Profissional, objetivando formar cidadãos e profissionais para o mundo do trabalho, o CEP atualmente atende a 450 adolescentes e jovens em vulnerabilidade social, com idade de 14 a 24 anos, desenvolve seus cursos embasados no Programa da Lei da Aprendizagem (Decreto nº 5.598/2005). Principais cursos desenvolvidos: Elétrica Industrial e Predial, Mecânica de Automóveis, Serralheria, Marcenaria, Informática Básica e Manutenção de Computadores, Reparador de Circuitos Eletrônicos, Mecânica de Usinagem e Assistente Administrativo, no qual se encontra os serviços bancários, com duração de 1.200h a 1.600h. Juntamente com os cursos são desenvolvidas atividades transversais de informática, gestão e cidadania, matemática e ginástica laboral. O CEP conta com ótimos laboratórios e com equipe técnica para acompanhamento e suporte ao educador e ao educando. A frequência na escola regular, no turno inverso é condição obrigatória para a permanência do jovem nos cursos desta Instituição. A Instituição Pão dos Pobres está localizada na Rua da República, 801, Cidade Baixa - Porto Alegre – RS, CEP 90050-321. (INSTITUIÇÃO PÃO DOS POBRES, 2010)

3.1 2 MDCA – Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente

O MOVIMENTO PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – MDCA - é uma organização da sociedade civil, sem fins econômicos, fundada em 1989, onde se realizam ações sócio-educativas, de convivência, reflexão, participação e proteção social às crianças e adolescentes com dificuldades psicosociais na família, na aprendizagem e no grupo. Em complementação a essas ações, a família é orientada e apoiada na superação de conflitos e problemas escolares dos filhos, no fortalecimento do núcleo familiar e da convivência comunitária, podendo incluir encaminhamento a programas de geração de renda. O MDCA fica na Rua dos Burgueses, 255, Bairro Partenon. CEP 91.530.020 em Porto Alegre – RS.

As crianças beneficiárias do MDCA provém de famílias com renda até meio salário mínimo por familiar, encaminhados pelo Conselho Tutelar, órgãos de Assistência Social ou escolas pública parceiras. São cidadãos cujas dificuldades pessoais, de aprendizagem ou de relacionamento familiar e social precisam ser superadas para que se abra o caminho ao desenvolvimento mais integral da personalidade e da cidadania.

Dentre os serviços oferecidos para os adolescentes destacam-se o Projeto Lanches Rápidos Sabor & Cia - Projeto de Trabalho Educativo sem geração de renda. Atende adolescentes de 14 a 16 anos, à tarde, três vezes por semana, pelo período de 12 meses; o Projeto Lanche Ideal - Projeto de Trabalho Educativo com geração de renda, envolve adolescentes a partir de 16 anos com até 2 anos de permanência, sendo após encaminhados ao mercado de trabalho na comunidade. E o Programa Adolescente Aprendiz, objeto deste estudo, com formatação definida em legislação própria que o diferencia daqueles que dependem da capacidade criativa e técnica da instituição. Atende atualmente mais de 80 adolescentes (vagas limitadas pelas empresas parceiras), a partir da sétima série, com permanência no programa, no máximo até 17 anos e 10 meses. O programa se realiza em parceria com as seguintes empresas: Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Serpro, Infraero e outras empresas, nas quais, desenvolvem atividades aplicativas correspondentes aos campos de aprendizado. Às quintas-feiras e sábados, na sede do MDCA, cumprem programação de curso com conteúdos de práticas correspondentes aos campos de aprendizado, que incluem: informática, cidadania, português, espanhol, inglês e matemática. Os participantes do programa recebem remuneração salarial, vale alimentação e transporte nos termos da legislação do adolescente aprendiz. (MDCA, 2010)

3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADOS

A faixa etária considerada neste estudo está em consonância com a Emenda Constitucional n° 20 de 16/11/1998, art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal, que cita os 16 anos como a idade mínima para o trabalho dos menores, salvo na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos (art.227, parágrafo 3°, I, da CF).

As tabelas a seguir representam os resultados obtidos com relação às questões 1 a 20.

Na tabela 1 apresentamos a distribuição por gênero dos adolescentes respondentes. Dos 30 adolescentes 19 são do sexo feminino e 11 do sexo masculino.

Tabela 1 - Por Gênero

GÊNERO	QUANTIDADE	(%)
Feminino	19	63%
Masculino	11	37%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

A idade dos adolescentes varia de 17 anos até 21 anos, com a maioria concentrando na faixa etária de 19 a 20 anos de idade, conforme a tabela por faixa etária abaixo.

Tabela 2 - Por Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	(%)
17 a 18 anos	11	37%
19 à 20 anos	16	53%
21 anos	3	10%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Na tabela 3 – por município – demonstramos onde residem os adolescentes respondentes. Embora todos tenham participado do programa em Porto Alegre, 3 deles residem em cidades da região metropolitana.

Tabela 3 - Por Município

MUNICÍPIO	QUANTIDADE	(%)
Porto Alegre	27	90%
Gravataí	1	3,33%
Eldorado do Sul	1	3,33%
Viamão	1	3,33%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Dos 30 adolescentes pesquisados, 3 deles designaram-se casados atualmente. A pesquisa não detalhou se as uniões eram formalizadas ou não.

Tabela 4 - Por Estado Civil

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	(%)
Solteiro	27	90%
Casado	3	10%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Na tabela abaixo, distribuição da amostra com relação a ter filhos ou não, ressaltamos que os pesquisados que têm filhos atualmente, não são os mesmos que se encontram casados. Nota-se um fato positivo, que estes jovens mesmo sendo a maioria de baixa renda, que é considerado o público com grande incidência de mães jovens, não tem filhos. (90% dos pesquisados)

Tabela 5 - Filhos

SITUAÇÃO	QUANTIDADE	(%)
Sem Filhos	27	90%
Com Filhos	3	10%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Com relação à distribuição da amostra no quesito moradia, nota-se que a maioria referiu-se a residência onde moram como sendo “própria”. Todos os que afirmaram morar em imóvel próprio moram com os pais e o restante da família. Os que responderam morar de aluguel são os que já não moram com os pais, dividem aluguel ou são casados.

Tabela 6 - Moradia

TIPO	QUANTIDADE	(%)
Alugada	5	17%
Própria	24	80%
Financiada	0	0%
Outras	1	3%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, abril (2011).

A tabela 7 mostra a distribuição da amostra com relação ao número total de pessoas que residem na mesma casa que o respondente. Predominaram famílias com até 4 pessoas, num total da amostra de 46,66%. Os quatro respondentes que marcaram até 2 pessoas refere-se a duas adolescentes que dividem o apartamento com outra pessoa, um que vive com o cônjuge e a adolescente que mora sozinha no fundo da casa dos pais.

Tabela 7 - Total de pessoas que residem na mesma casa que o adolescente

N° DE PESSOAS	QUANTIDADE	(%)
1 a 2 pessoas	4	13,33%
3 a 4 pessoas	14	46,66%
5 a 6 pessoas	10	33,33%
7 a 8 pessoas	1	3,33%
9 a 10 pessoas	1	3,33%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Na distribuição da amostra com relação a quantas pessoas trabalham na casa onde reside o respondente, nota-se o baixo número de trabalhadores. Os dois respondentes que marcaram a opção “nenhuma” para quantas pessoas da casa que trabalham, justificaram sua opção: uma é a pesquisada que mora nos fundos da casa dos pais e não está trabalhando o outro é um caso em que ninguém trabalha, mas o avô recebe aposentadoria.

Tabela 8 - Número de trabalhadores na residência do adolescente

N° DE PESSOAS	QUANTIDADE	(%)
1 pessoa	6	20%
2 pessoas	13	43%
3 pessoas	7	23%
4 pessoas	2	7%
Nenhuma	2	7%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Na tabela 9 descrevemos os dados da amostra com relação a quantos salários mínimos compõem a renda total na residência do pesquisado. Muitos deles desconhecem os valores recebidos pelos outros integrantes da família e então informaram o valor que eles achavam que era. Predominou a opção até 2 salários mínimos com 37% da amostra, mas também foi relevante o número da amostra com até 4 salários mínimos, 33%, podendo ser levado em conta que a maioria das famílias são mais numerosas.

Tabela 9 - Nº de Salários que compõem a renda familiar

SALÁRIOS	QUANTIDADE	(%)
Até 1 salário	1	3%
Até 2 salários	11	37%
Até 3 salários	6	20%
Até 4 salários	10	33%
Nenhum	2	7%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (abril, 2011).

Um dado interessante que a pesquisa mostrou é o grande número de pesquisados que participou ou participa de algum programa de subsistência do governo federal: 30% fazem ou fizeram parte do Programa Bolsa Família. No quesito “outros” está sendo considerado o caso de uma respondente que já está na faculdade e faz parte do ProUni – Programa Universidade para Todos.

Tabela 10 - Programas de Governo

PROGRAMA	QUANTIDADE	(%)
Bolsa Família	9	30%
Luz Fraterna	0	0%
Pró-Jovem	0	0%
Outros	1	3%
Nenhum	20	67%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa (abril, 2011).

A tabela 11 apresenta o grau de escolaridade dos pesquisados. Estes dados mostram algumas informações bem relevantes. Três respondentes pararam de estudar após o ensino fundamental, sendo o caso de duas respondentes que já são mães. Dos 15 pesquisados com ensino médio completo, 5 já estão cursando a

universidade, 1 é técnico contábil e 1 é técnico em nutrição. Os 12 que têm ensino médio incompleto estão cursando ainda, sendo que 5 deles estão matriculados em cursos técnico profissionalizantes.

Tabela 11 - Escolaridade

TIPO	QUANTIDADE	(%)
Fundamental Completo	3	10%
Fundamental Incompleto	0	0%
Ensino Médio Completo	15	50%
Ensino Médio Incompleto	12	40%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Com relação ao interesse do respondente em cursar uma faculdade, entre os 25 que responderam que sim, gostariam, estão incluídos os 5 que já cursam uma faculdade. Os que responderam não ter interesse em cursar faculdade justificaram informando o interesse em fazer um curso técnico profissionalizante.

Tabela 12 - Nível Superior

INTERESSE	QUANTIDADE	(%)
Sim gostariam	25	83%
Não gostariam	5	17%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Os quatro respondentes que informaram já ter trabalhado antes de entrar no Programa Aprendiz Adolescente, o fizeram de forma informal. Foram os seguintes empregos informais: babá; *office-boy*, auxiliar de padeiro e vendedora em loja de roupas.

Tabela 13 - Primeiro Trabalho antes do Programa Aprendiz Adolescente

TRABALHO	QUANTIDADE	(%)
Já haviam trabalhado	4	13%
Não haviam trabalhado	26	87%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Na tabela 14 demonstramos as formas como os respondentes ficaram sabendo do Programa Adolescente Aprendiz. Na opção “outros” tiveram alguns casos relatados de maneira bem variada como: “estava fazendo um cursinho na instituição “X” e entre os participantes foi sorteada uma vaga e eu ganhei...”; “meu irmão era adolescente aprendiz, daí quando ele saiu, eu entrei...”; minha mãe trabalhava como serviços gerais em uma agência e ficou sabendo que ia abrir uma vaga, se informou como fazer e eu consegui...”. Ainda assim, mais de 50% da amostra informou ter ficado sabendo através de amigos ou conhecidos.

**Tabela 14 – Como obtiveram
Conhecimento do Programa**

MODO	QUANTIDADE	(%)
Amigos	17	57%
Colegas	3	10%
Escola	1	3%
Empresa	2	7%
Outros	7	23%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

A questão que perguntava sobre qual curso o respondente fez durante o Programa Adolescente Aprendiz teve o objetivo de ratificar a informação recebida pela empresa ou instituição com relação aos pesquisados, pois o interesse da pesquisa era focado em adolescentes que participaram do curso denominado serviços bancários. A pesquisa mostrou que 100% dos respondentes fizeram o curso como aprendizes em serviços bancários.

**Tabela 15 - Nomenclatura do Curso feito
dentro do Programa**

CURSO	QUANTIDADE	(%)
Serviços Bancários	30	100%
Outros	0	0%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

A tabela 16 mostra a distribuição da amostra com relação à idade do respondente quando iniciou o Programa Adolescente Aprendiz, 57% iniciaram com 15 anos de idade e 43% com 16 anos.

Tabela 16 - Idade de Início

IDADE	QUANTIDADE	(%)
15 anos	17	57%
16 anos	13	43%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

A questão que perguntava se o respondente concluiu o Programa de Adolescente Aprendiz, também tinha o objetivo de confirmar se o mesmo concluiu o curso em uma das 2 modalidades oferecidas: 1 ano e meio ou 2 anos. O único respondente que não concluiu o programa foi mantido na amostra porque chegou bem próximo da conclusão, informou que teve um problema de saúde no joelho e estava “encostado pelo INSS” na data da pesquisa.

Tabela 17 - Conclusão do Programa

CONCLUSÃO	QUANTIDADE	(%)
Concluíram	29	97%
Não concluíram	1	3%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

O prazo de duração do Programa é apresentado em duas modalidades em função da idade em que o adolescente começa o estágio. O final do contrato não pode ultrapassar os 18 anos do adolescente e nem pode ser um contrato maior que 2 anos. Nesta pesquisa 8 adolescentes fizeram o curso na modalidade de 1 ano e meio e 22 fizeram na modalidade de 2 anos.

Tabela 18 - Tempo de Duração

TEMPO	QUANTIDADE	(%)
1 ano e meio	8	27%
2 anos	22	73%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

A tabela 19 mostra em quanto tempo após o término do estágio como menores aprendizes, os adolescentes conseguiram ingressar no mercado de trabalho. Um dado interessante que refletiu no resultado da pesquisa é que os adolescentes do sexo masculino quando terminam o estágio estão completando 18 anos a maioria, e, portanto estão na época do alistamento militar. Este fator impede que eles busquem um emprego e sim o alistamento militar, adiando por alguns meses sua entrada no mercado de trabalho.

A pesquisa mostrou que 30% dos pesquisados conseguiram um emprego em menos de 30 dias após terminarem o estágio de aprendizes e 20% em até 3 meses depois. Entre os 30% que responderam que não conseguiram encontrar um emprego encontram-se 4 respondentes que terminaram o estágio e atualmente estão servindo o exército.

Tabela 19 - Tempo até conseguir um Emprego

TEMPO	QUANTIDADE	(%)
Menos de 1 mês	9	30%
Até 3 meses	8	27%
3 a 6 meses	1	3%
1 ano	2	7%
Mais de 1 ano	1	3%
Não conseguiu	9	30%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

Uma síntese com base na amostra desta pesquisa pode definir que os adolescentes que participaram do Programa Adolescente Aprendiz em serviços bancários na grande Porto Alegre no período de 2006 a 2010 são a maioria do sexo feminino, estão hoje com mais de 18 anos, solteiros, sem filhos e moram com os pais. As suas famílias são numerosas (de 3 a 6 pessoas), sendo que a média de trabalhadores por residência é de 2 pessoas. A renda familiar média é de até 2 salários mínimos e mais de 30% deles recebe ou recebeu auxílio do Bolsa Família⁴. A metade já concluiu o Ensino Médio e gostariam de cursar uma faculdade.

⁴ Programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. (MTE, 2011)

A seguir é apresentado um dos dados considerado mais relevantes nesta pesquisa que mostra se o respondente está hoje inserido no mercado de trabalho ou não. Dos pesquisados, 63% estão empregados atualmente e 37% não estão empregados. Levando-se em consideração que 4 respondentes (13% da amostra) estão servindo o exército e 1 respondente (3% da amostra) está em licença-saúde, podemos analisar que este índice de jovens que não estão trabalhando pode ser menor.

Tabela 20 – Inserção no Mercado de Trabalho

EMPREGO	QUANTIDADE	(%)
Está trabalhando	19	63%
Não está trabalhando	11	37%
TOTAL	30	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

As questões abaixo foram apresentadas em Escala de Likert, solicitando ao respondente que utilizasse a escala de nível de satisfação:

Tabela 21 - Nível de Satisfação Equivalente I

QUESTÕES	DISCORDO				CONCORDO				Não se Aplica	Totais
	1	2	3	%	4	5	6	%		
Foi fácil conseguir um emprego após terminar o estágio?	3	0	2	17%	2	7	11	67%	5	30
No seu trabalho atual desempenha funções semelhantes às que desempenhava durante o Programa Adolescente Aprendiz?	1	3	2	20%	9	2	3	47%	10	30
Gosta do seu trabalho atual?	1	1	0	7%	4	11	2	57%	11	30
O fato de ter participado do Programa Adolescente Aprendiz ajudou você a conseguir seu emprego atual?	0	2	0	7%	0	1	17	60%	10	30
Você acha que valeu a pena ter participado do programa como adolescente aprendiz?	0	0	0	0%	0	0	30	100%	0	30
Você acha que outros jovens também deveriam participar do programa como adolescente aprendiz?	0	0	0	0%	0	0	30	100%	0	30
As funções/serviços que aprendeu a executar são importantes para conseguir um emprego?	0	0	0	0%	0	2	28	100%	0	30
Quando concluiu o Programa Adolescente Aprendiz você se sentiu capacitado para ir em busca de um emprego?	0	0	0	0%	0	1	29	100%	0	30
Média do Conjunto	0,6	0,7	0,5	6,4%	1,9	3	18,7	78,9%	4,5	30
Totais Agrupados	1,8				23,6				4,5	30
TOTAIS AGRUPADOS %	1,8			6,4%	23,6			78,9%	14,7%	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

A partir da análise da Tabela 21, observa-se que entre os pesquisados, mais da metade acharam que foi fácil conseguir um emprego após o término do Programa Adolescente Aprendiz. Um fato que chama atenção é que a maioria dos pesquisados que estão hoje trabalhando, estão em áreas que não são afins com os serviços bancários, o que justifica que nem todos desempenhem hoje funções semelhantes às que desempenhavam durante o aprendizado, embora mais da metade deles concordarem que o programa os ajudou a conseguir o emprego atual. Com relação à atual ocupação, a maioria disse gostar do seu emprego atual.

Todos afirmaram ter valido a pena participar do programa como aprendizes e acham que outros jovens também deveriam ter esta oportunidade, também concordam que as funções/serviços que aprenderam a executar são importantes para se conseguir um emprego, e 97% dos pesquisados concordaram totalmente que ao terminar o programa sentiram-se capacitados para a busca de um emprego.

Tabela 22 - Nível de Satisfação Equivalente II

QUESTÕES	DISCORDO				CONCORDO					
	1	2	3	%	4	5	6	%	Não se Aplica	Totais
Você conseguiu fazer todos os cursos ou etapas previstas no Programa de Aprendizagem?	0	0	0	0%	0	2	28	100%	0	30
Você já colocou em prática ensinamentos recebidos pela Instituição?	0	0	2	7%	10	1	12	77%	5	30
Você já colocou em prática ensinamentos recebidos na empresa em que prestou estágio como adolescente aprendiz?	0	0	2	7%	10	1	12	77%	5	30
As experiências e o conhecimento adquiridos no programa ajudam no desenvolvimento de suas tarefas no emprego atual?	1	0	2	10%	10	1	6	57%	10	30
A instituição "X" foi importante para sua entrada no mercado de trabalho?	0	1	0	3%	1	1	23	83%	4	30
A empresa "X" foi importante para sua entrada no mercado de trabalho?	0	0	0	0%	0	0	30	100%	0	30
Recebeu apoio da família/amigos para fazer o estágio?	0	0	0	0%	1	6	23	100%	0	30
Você conseguiu conciliar a escola e as tarefas como aprendiz durante o período de estágio?	0	0	0	0%	0	4	26	100%	0	30
Enquanto participou do Programa Adolescente Aprendiz reprovou na escola?	27	0	0	90%	0	3	0	10%	0	30
Você recebeu a indicação de alguém da empresa ou da instituição para ingressar no seu trabalho atual?	5	11	0	53%	0	1	6	23%	7	30
Os cursos prestados pela empresa e/ou instituição foram de boa qualidade?	0	0	0	0%	1	1	28	100%	0	30
Média do Conjunto	3	1	0,5	15,4%	3	1,9	17,6	75,1%	3	30
Totais Agrupados	4,5				22,5				3	30
TOTAIS AGRUPADOS %	4,5			15,4%	22,5			75,1%	9,5%	100%

Fonte: Dados da pesquisa, (abril, 2011).

A partir da análise da tabela 22, nota-se que a maioria dos respondentes afirmam já ter colocado em prática alguns dos ensinamentos recebidos tanto pelas instituições quanto pelas empresas participantes do programa. Mais de 50% afirmam que a experiência e o conhecimento recebidos ajudam no desenvolvimento de suas tarefas no emprego atual, e mais de 80% concordam que a empresa e a instituição na qual tiveram aprendizado foram importantes para sua entrada no mercado de trabalho.

Com relação a conciliar escola e serviços de aprendizado 87% concordam totalmente que é possível conciliar, 90% dos alunos tiveram aprovação na escola, 23% receberam indicação da empresa ou instituição para um emprego após o término do programa. Todos concordam que os cursos foram de boa qualidade e que o que aprenderam é importante para se conseguir um emprego.

3.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Por meio da pesquisa documental podemos observar alguns dados importantes como os encontrados em pesquisa realizada por Ferreira (2004). A autora buscou na sua pesquisa uma resposta para a seguinte pergunta: “O que significa na vida do adolescente ser um sujeito trabalhador?” “Quais suas implicações?” Ela entrevistou adolescentes durante o período de aprendizado na empresa, no caso, em agências do Banco do Brasil. Concluiu na sua pesquisa que “É preciso um esforço adicional do sujeito para conciliar trabalho e estudo. Trabalhar e estudar não é tarefa fácil.”, ela relata que todos os adolescentes entrevistados queixaram-se do cansaço proveniente de sua jornada de aprendiz, e sugere ao banco e às instituições, uma redução da carga horária que então era de 5h diárias, 5 vezes por semana. Em 2004 era esta a situação dos adolescentes, hoje eles trabalham 4h diárias, 4 vezes por semana, e pode-se observar entre os pesquisados que 100% deles afirmam ser possível conciliar estudo e serviços de aprendizado. Também a denominação mudou de Programa Adolescente Trabalhador para Programa Adolescente Aprendiz. Talvez esta mudança tenha sido provocada por pesquisas como a apresentada por Ferreira em 2004.

Ferreira (2004) também sugere uma ação voltada aos adolescentes ao término do programa, com o objetivo de minimizar os impactos e buscar a inserção destes no mercado de trabalho. Em pesquisa na Instituição Pão dos Pobres descobriu-se que este tipo de ação entrou em prática recentemente naquela instituição e já está sendo feito um acompanhamento dos adolescentes por até 2 anos após o término do aprendizado, com o intuito de colocá-los e mantê-los no mercado de trabalho. A presente pesquisa mostra que 30% dos pesquisados conseguiram emprego em menos de 30 dias após o término do aprendizado e 27% em até 3 meses. A mesma pesquisa mostra que mais de 60% dos pesquisados estão trabalhando atualmente.

Assim, após exposta a parte teórica e metodológica da pesquisa, bem como a parte da coleta de dados e análise dos resultados, será apresentado no próximo capítulo as conclusões e considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo final apresentamos algumas conclusões possíveis e sugestões, a partir do referencial teórico apresentado e do resultado da pesquisa através dos questionários com os ex-adolescentes aprendizes.

Este trabalho analisou o Programa Adolescente Aprendiz em serviços bancários buscando saber se estes jovens que participaram de vivências como adolescentes aprendizes no período de 2006 a 2010 estão inseridos no mercado de trabalho atualmente. O resultado das pesquisas mostrou que 63% dos pesquisados estão inseridos no mercado de trabalho atualmente e provavelmente este índice possa ser elevado quando os adolescentes do sexo masculino concluírem o alistamento militar.

O objetivo geral deste trabalho foi verificar se o Programa Adolescente Aprendiz está atingindo o objetivo que se propôs na sua criação. O Programa citado tem como objetivo propiciar o desenvolvimento do adolescente por meio de ações que assegurem a sua formação pessoal e profissional e a aquisição de experiências, hábitos e atitudes indispensáveis ao seu ajustamento no trabalho e na convivência social. Com base na amostra pesquisada concluímos que está atendendo seu objetivo, pois os adolescentes conseguem concluir o cronograma inteiro de aprendizagem, mantêm um bom rendimento escolar enquanto estão inseridos no programa, mais de 50% acharam que foi fácil conseguir um emprego e estão trabalhando atualmente. Todos os pesquisados acham que mais adolescentes deveriam participar do mesmo programa, afirmam que os cursos que fizeram foram de boa qualidade, e que quando saíram do programa se sentiram capacitados para ir em busca de um emprego.

Os objetivos específicos foram verificar o quanto o programa contribuiu com a inserção dos jovens no mercado de trabalho no período estudado, e, analisar quais as medidas do programa tiveram maior contribuição neste processo. O resultado da pesquisa mostrou que 63% dos jovens da amostra estão inseridos hoje no mercado de trabalho, acreditamos que este número possa ser maior levando-se em consideração o número de jovens que deixa o programa para servir ao exército, adiando em alguns meses sua entrada no mercado de trabalho. Os jovens pesquisados afirmam que foi importante o fato de ter participado do programa na

hora de conseguir um emprego, provavelmente este quesito tenha aparecido no momento da entrevista para um emprego e tenha contado a seu favor. Um dado importante é que nem tudo o que eles aprenderam durante o programa eles conseguiram colocar em prática nas suas funções atuais, e isto se deve ao fato que nem sempre eles buscam ou vão conseguir um emprego na mesma área em que estagiaram. Deixa-se aqui a sugestão para uma nova pesquisa em outra área do programa, como por exemplo, o setor mecânico/industrial, para saber se os adolescentes oriundos destes programas conseguem se colocar no mercado de trabalho na mesma área em que tiveram seu aprendizado.

Observa-se com este trabalho que diferente do que foi apontado em outros estudos, os jovens pesquisados afirmam ser possível conciliar estudo e o trabalho como aprendiz, tendo todos exposto que participar do programa analisado foi muito importante para sua vida. O setor bancário, ora analisado nesta pesquisa, contrata seus funcionários através de concurso público, o que dificulta a entrada destes jovens no mesmo ramo. Embora exista na iniciativa privada maior possibilidade, ainda assim é um segmento da economia que cada vez enxuga mais seu quadro de pessoal.

Foi um trabalho de pesquisa gratificante, cada jovem pesquisado mostra uma enorme gratidão tanto à empresa quanto à instituição que o acolheu. É um programa que deve ser incentivado pela sociedade sem esquecer sua maior função que é a de aprendizado e não a de adolescentes trabalhadores. As empresas devem vê-los como futuros empregados e não como mão-de-obra barata colocando-os precocemente no trabalho esquecendo-se de dar-lhes as bases que farão toda diferença no futuro profissional destes jovens. Acredito, opinião pessoal desta autora, que, mais que um futuro no mercado de trabalho, estes jovens recebem carinho, caráter, valores morais, que farão toda a diferença na sua carreira profissional.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de Administração**. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2009.

BANCO "X". Os dados empíricos foram capturados no banco de dados de recursos humanos, de acesso restrito aos usuários da intranet do Banco "X".

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 06 mai. 2011.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Notícias**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=7520&PalavraChave=80%20anos>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Políticas da Juventude**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/apresentacao.asp>. Acesso em: 26 nov. 2010.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Programas de Geração de Empregos**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/institucional/organograma_sppe.asp>. Acesso em: 19 dez. 2010.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Aprendizagem**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_apresentacao.asp>. Acesso em: 26 dez. 2010.

CHAHAD, José Paulo ZEETANO; PICCHETTI, Paulo. **Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais**. São Paulo: LTr, 2003.

CHAHAD, José Paulo ZEETANO; MENEZES FILHO, Naércio A. **Mercado de Trabalho no Brasil. Salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças**. São Paulo, LTr, 2002.

CHAVES, Dener Antônio; CARVALHO NETO, Antônio. **Programas Públicos de Geração de Emprego para jovens e Segregação Espacial**. Ciências Sociais, Maio-ago, vol. 42, n. 002, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, pp. 111-122. 2006. Disponível em <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/.../art04_carvalho.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2010.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. **Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.2, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000200029&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 dez. 2010.

DIEESE, **Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos: mudanças na inserção entre 1998 e 2007.** DIEESE, São Paulo, 2008.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Eduardo Roberto Alcântara Del-Campo; Thales Cezar de Oliveira. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007 (Série leituras jurídicas: provas e concursos; v. 28).

FERREIRA, Jaqueline. **O Sujeito Adolescente Trabalhador: Uma abordagem Preliminar com Aprendizes do Programa Adolescente Trabalhador do Banco do Brasil em Belo Horizonte, 2004.** Monografia, UFMG-MG.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. – 8ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Parte II. A transformação política econômica do Capitalismo no final do sec. XX,** pp.135-161, 10ª ed. São Paulo, Loyola, 2001.

INSTITUIÇÃO PÃO DOS POBRES. Disponível em <<http://www.paodospobres.org.br>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

IPEA, **Boletim Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise nº 45, nov 2010.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6418:boletim-mercado-de-trabalho-conjuntura-e-analise-no-45-novembro-2010-&catid=184:disoc&Itemid=9>. Acesso em: 16 dez. 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** Educ. Soc. Campinas, v.28. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300024&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 dez. 2010.

MDCA, **Movimento Pelos Direitos da Criança e do Adolescente.** Disponível em <<http://ong.portoweb.com.br/mdca/>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves; ROBAZZI, Maria Lucia do Carmo Cruz. **O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce.** Ver. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v.9 n.3, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-1169200100300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 dez. 2010.

REIS, Carlos Nelson dos; RITTER, Carolina: **Mercado de trabalho para jovens e egressos do sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei: uma experiência na perspectiva da economia solidária no município de Santo Ângelo**, 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). IV Mostra de pesquisa da Pós-Graduação, PUC RS. Disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs/.../72200-CAROLINA_RITTER.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2010.

ROCHA, C. V. **Idéias dispersas sobre o significado de políticas sociais**. In: M. STENGEL; M.C.G., CASTRO; M. E. MARQUES; M.I.C. MOREIRA; R.C. FAZZI e R. S. LEAL (orgs) Políticas Públicas de apoio sócio familiar. Vol. 1, Belo Horizonte, PUC-Minas, p. 7- 42. 2001.

RUA, M. G. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: CNPD, jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Vol. 2, Brasília, Comissão Nacional de População e desenvolvimento, p. 731-752. 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23^a ed. São Paulo, Cortez, 2007.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de Dissertação**. 3^a ed. Florianópolis, UFSC, 2001.

YIN, Robert. **Introdução. In: Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3^a ed. Porto Alegre, Bookman. 2005.

APÊNDICE A

Este questionário faz parte do trabalho de conclusão do curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado pela aluna Luciana Souza de Almeida. Tem por objetivo principal verificar a inserção dos jovens no mercado de trabalho através do Programa Adolescente Aprendiz.

A pesquisa tem caráter voluntário e o anonimato e sigilo será mantido, uma vez que o interesse se dá pelo resultado final como um todo, e não de forma individualizada.

1. Sexo:
 Masculino Feminino
2. Idade: _____
3. Cidade: _____
4. Estado Civil:
 Casado Solteiro Outro Qual? _____
5. Tem filhos?
 Sim, Quantos? _____
 Não
6. Mora em casa:
 Própria Financiada Alugada Outra
7. Contando com você, quantas pessoas moram em sua casa? _____
8. Quantas pessoas contribuem na renda da casa? _____
9. Qual a renda familiar?
 Até 1 salário mínimo De 1 a 2 salários mínimos
 3 a 4 salários mínimos Mais de 4 salários mínimos
10. Fez ou faz parte de algum programa/projeto do governo? (bolsa família, pró-jovem, luz fraterna, outros)
 Não Sim Qual? _____
11. Qual o seu grau de escolaridade? _____
12. Gostaria de fazer faculdade?
 Não Sim
13. Você já trabalhou antes de entrar no programa de aprendizagem?
 Não Sim Em qual atividade? _____
14. Como soube do programa de aprendizagem:
 indicação de amigos/colegas que já fizeram o curso;
 através da escola;
 através da empresa;
 outros: _____

15. Qual curso fez no Programa de Aprendizagem? _____
16. Qual a sua idade quando começou a estagiar? _____
17. Conseguiu concluir o estágio? () sim () não
18. Quanto tempo durou seu estágio?
() 6 meses () 1 ano () 1 ano e meio () 2 anos
19. Quanto tempo após o término do estágio você conseguiu um emprego?
() menos de 1 mês
() 3 meses
() 6 meses
() 1 ano ()
mais de 1 ano
() não conseguiu.
20. Está trabalhando atualmente?
() Sim () Não Início: _____

Para responder as questões abaixo, utilize a escala de nível de satisfação de 1 a 6:

Escala de nível de satisfação:

Grau Numérico	Nível de Satisfação Equivalente
1	Discordo Totalmente
2	Discordo
3	Discordo Pouco
4	Concordo Pouco
5	Concordo
6	Concordo Totalmente

	1	2	3	4	5	6
21. Foi fácil conseguir um emprego após terminar o estágio?						
22. No seu trabalho atual desempenha funções semelhantes às que desempenhava durante o programa Adolescente Aprendiz?						
23. Gosta do seu trabalho atual?						
24. O fato de ter estagiado ajudou a conseguir seu emprego atual?						
25. Você acha que valeu a pena ter feito o estágio como adolescente aprendiz?						
26. Você conseguiu fazer todos os cursos ou etapas previstas no Programa de Aprendizagem?						
27. Você já colocou em prática ensinamentos recebidos pela Instituição?						
28. Você já colocou em prática ensinamentos recebidos na empresa em que prestou estágio como adolescente aprendiz?						
29. As experiências e o conhecimento adquiridos no programa ajudam no desenvolvimento de suas tarefas no emprego atual?						
30. A instituição Pão dos Pobres foi importante para sua entrada no mercado de trabalho?						
31. A empresa _____ foi importante para sua entrada no mercado de trabalho?						
32. Você acha que outros jovens também deveriam participar do estágio como adolescente aprendiz?						
33. Recebeu apoio da família/amigos para fazer o estágio?						
34. Você conseguiu conciliar a escola e as tarefas como aprendiz durante o período de estágio?						
35. Durante o estágio reprovou na escola?						
36. Você recebeu a indicação de alguém da empresa ou da instituição para ingressar no seu trabalho atual?						
37. As funções/serviços que aprendeu a executar são importantes para conseguir um emprego?						
38. Os cursos prestados pela empresa e/ou instituição foram de boa qualidade?						
39. Quando concluiu o Programa Adolescente Aprendiz você se sentiu capacitado para ir em busca de um emprego?						